

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 55/XII/2.^a SL

Aos 22 dias do mês de maio de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Designação de relator para o parecer solicitado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre a Petição n.º 259/XII/2.^a - Pela desvinculação de Portugal ao "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" de 1990;
3. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Proposta de Lei n.º 144/XII/2.^a (GOV) - "Procede à segunda alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários" - Relator - Deputado Ricardo Rodrigues (PS)
 - Projeto de Lei n.º 400/XII/2.^a (BE) - "Altera a Lei da Nacionalidade (quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro)" - Relatora - Deputada Maria de Belém Roseira (PS);
4. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 135/XII/2.^a (GOV) - "Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia reforçando os requisitos da detenção e os regimes penal e contraordenacional";
5. Apresentação do relatório de participação da Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), em representação da Comissão, na Conferência "Direitos Humanos e Política Externa", em Turim, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2012;
6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
7. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente sobre a COM (2013) 213 - Livro Verde sobre os seguros contra catástrofes naturais ou de origem humana - Relator - Deputado João Lobo (PSD);
8. Fixação da redação final do texto que "Aprova a Lei de Organização e Funcionamento do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN e altera a Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro" [PJL n.º 326/XII/2.^a (BE)], nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;
9. Outros assuntos.

11:00 Horas - Audição da Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, sobre o relatório de 2012 (requerida pelo Grupo Parlamentar do PS).

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foi designado Relator para o parecer solicitado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre a Petição n.º 259/XII/2.^a - *Pela desvinculação de Portugal ao "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" de 1990*, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 55/XII/2.^a SL

Em seguida, foram apreciados os pareceres sobre a Proposta de Lei n.º 144/XII/2.^a (GOV), que "*Procede à segunda alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários*" e do Projeto de Lei n.º 400/XII/2.^a (BE) - "*Altera a Lei da Nacionalidade (quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro)*", cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, nas ausências do BE e do PEV.

Em seguida, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.ºs [135/XII/2.^a \(GOV\)](#) - "*Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia reforçando os requisitos da detenção e os regimes penal e contraordenacional*".

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 12 de abril de 2013, após aprovação na generalidade.

Apresentaram propostas de alteração os Grupos Parlamentares do PS, em 14 de maio, e do PSD e do CDS-PP, conjuntamente, em 20 de maio.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do BE e do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração.

Da discussão, na qual participaram os Senhores Deputados *Paulo Rios de Oliveira (PSD)*, *Pedro Delgado Alves (PS)*, *Teresa Anjinho (CDS/PP)*, *António Filipe (PCP)*, resultou o seguinte:

Propostas de alteração:

Artigo 2.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro (preambular) – na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP - aprovado por unanimidade (tendo ficado prejudicada a votação da proposta do Grupo Parlamentar do PS para o mesmo artigo);

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 55/XII/2.^a SL

Substituição do n.º 2 e aditamento de um novo n.º 3 ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro – na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS e do PCP;

Substituição do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro – na redação das propostas de substituição (de teor idêntico) apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD e CDS/PP – aprovada por unanimidade;

Aditamento de um novo n.º 4 ao artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro – na redação da proposta apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP – aprovada por unanimidade;

Substituição do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro na redação das propostas de substituição (de teor idêntico) apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD e CDS/PP – aprovada por unanimidade;

Substituição do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro (que é renumerado, pelo proponente, como artigo 30.º-A) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS e do PCP;

- Substituição do corpo do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro (que é renumerado, pelo proponente, como artigo 30.º-B) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – retirada a favor da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP;

- Substituição do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro (que é renumerado, pelo proponente, como artigo 30.º-A, com a epígrafe “*Penas e sanções acessórias*”, nos termos do artigo 4.º-A preambular, tendo sido retirada a proposta de revogação do artigo 40.º e a correspondente proposta para o artigo 7.º preambular) – na redação da proposta apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP – aprovada por unanimidade;

Artigo 3.º Aditamento ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro (preambular) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS (tendo sido retirada a proposta apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP) - aprovado por unanimidade

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 55/XII/2.^a SL

Artigo 5.^o-A – n.^o 2 - na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – retirada pelo proponente; n.^o 2 - na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP – aprovado por unanimidade; n.^o 3 - na redação das propostas de substituição (de teor idêntico) apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD e CDS/PP – aprovado por unanimidade;

Artigo 6.^o-A – n.^o 1 - na redação da proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS (com a alteração apresentada oralmente de substituição da expressão “3 anos” por “um ano”) – aprovado por unanimidade; n.^o 2 - na redação da proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS - retirada pelo proponente; n.^o 3 (que passa a n.^o 2) - na redação da proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovado por unanimidade;

Artigo 41.^o-A – Substituição do n.^o 3 (incluindo a eliminação da vírgula que inicia o inciso substituído) e de aditamento de um n.^o 5 – na redação da proposta apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP - aprovado por unanimidade;

Artigo 4.^o-A – Alteração sistemática (preambular) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS (com adaptação da sua redação à rejeição da proposta do Grupo Parlamentar do PS de substituição e renumeração do artigo 39.^o do Decreto-Lei n.^o 315/2009, de 29 de outubro) – aprovado por unanimidade, sendo o artigo renumerado como artigo 5.^o (e os subseqüentes artigos preambulares 5.^o a 9.^o renumerados como 6.^o a 10.^o), com a seguinte redação: “O artigo 40.^o, na redação da presente lei, é integrado na secção I do Capítulo V, sendo renumerado como artigo 30.^o-A.” [Em consequência, a remissão constante do n.^o 3 do artigo 29.^o para a alínea e) do artigo 40.^o passa a fazer-se para a alínea e) do n.^o 1 do artigo 30.^o-A];

Artigo 7.^o Norma revogatória (preambular) (que passa a 8.^o) - proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP – retirada pelos proponentes;

Artigo 9.^o Entrada em vigor (preambular) (que passa a 10.^o) - na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP – aprovado por unanimidade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 55/XII/2.^a SL

Restante articulado da PPL (incluindo o remanescente de artigos preambulares e de artigos do Decreto-Lei n.º 315/2009 objeto de propostas de alteração): aprovado por unanimidade.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) apresentou o relatório da sua participação, em representação da Comissão, na Conferência "Direitos Humanos e Política Externa", que teve lugar em Turim, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2012. Atenta a importância da matéria, e na sequência do debate motivado pela apresentação do relatório, em que intervieram o Senhor Presidente da Comissão e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP), foi deliberado convidar as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Assuntos Europeus a refletirem sobre a necessidade de integração de esforços, no quadro europeu, entre a União Europeia e o Conselho da Europa em matéria de respeito pelos direitos humanos em contexto de política externa.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foi apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia COM (2013) 213 - *Livro Verde sobre os seguros contra catástrofes naturais ou de origem humana*, que foi apresentado pelo seu Relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD), tendo sido aprovado por unanimidade, nas ausências do BE e do PEV.

Foi ainda fixada a redação final do texto que *“Aprova a Lei de Organização e Funcionamento do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN e altera a Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro”* [Projeto de Lei n.º 326/XII/2.^a (BE)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, nas ausências do BE e do PEV, com aceitação, pela unanimidade dos presentes, das sugestões de redação constantes da Informação n.º 108/DAPLEN/2013, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto, tendo ainda sido deliberado adoptar a designação “conselho médico-legal” em minúsculas, bem como adoptar a designação “Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.” ao longo do texto.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 55/XII/2.^a SL

Às 11:30 horas teve início a audição da Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, sobre o relatório de 2012 (requerida pelo Grupo Parlamentar do PS).

A Presidente da Comissão de Fiscalização, Dra. Maria do Carmo Peralta e a Dra. Maria do Rosário Carneiro, membro eleito pela Assembleia da República, fizeram uma intervenção inicial, após o que foram questionadas pela Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) acerca da atividade da entidade a que pertencem e do conteúdo do último relatório produzido, à qual responderam.

Seguidamente, as Senhoras Deputadas Paula Cardoso (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP) e Rita Rato (PCP) colocaram questões às quais as representantes da Comissão de Fiscalização responderam.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de maio de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 05-06-2013



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 55/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carla Rodrigues
Pedro Delgado Alves
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Cecília Honório
Hugo Lopes Soares
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: